LORENZETTI
INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALÚRGICAS

C.N.P.J. nº 61.413.282/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento ao que dispõe o Estatuto Social e em conformidade com exigência legal, a Diretoria da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao perfeito conhecimento das contas ora apresentadas.

São Paulo, 26 de Março de 2025

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, 2023 E 1 DE JANEIRO DE 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Reclassificado)	01/01/2023 (Reclassificado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	352.256	365.421	306.160
Contas a receber de clientes	6	467.815	506.129	537.004
Estoques	7	260.785	311.508	456.970
Impostos a recuperar	8	6.998	8.418	9.238
Adiantamentos a fornecedores		774	269	1.627
Despesas antecipadas		6.349	6.693	4.042
Outros créditos		7.604	7.656	6.579
Total do ativo circulante		**1.102.581**	**1.206.094**	**1.321.620**
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	6	5.081	5.124	1.319
Depósitos restituíveis		829	5.414	5.142
Impostos a recuperar	8	1.950	4.268	6.701
Imobilizado	9	364.025	287.419	278.516
Intangível		6.556	5.930	1.608
Total do ativo não circulante		**378.441**	**308.155**	**293.286**
Total do ativo		**1.481.022**	**1.514.249**	**1.614.906**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Reclassificado)	01/01/2023 (Reclassificado)
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	100.987	–	83
Fornecedores	10	45.502	39.276	41.813
Obrigações com pessoal e encargos a pagar	12	88.209	79.441	75.046
Impostos e contribuições a recolher	13	113.852	81.906	84.733
Arrendamentos	14	17.566	6.342	19.856
Juros s/capital próprio e dividendos	16	–	77.646	–
Adiantamentos de clientes		1.396	417	1.079
Outras contas a pagar	16	10.343	11.930	15.003
Total do passivo circulante		**377.855**	**296.958**	**237.613**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	100.987	–	
Contingências	17	8.873	2.100	2.100
Arrendamentos	14	54.700	13.081	14.410
Impostos diferido	15.b	21.548	–	–
Total do passivo não circulante		**186.108**	**15.181**	**16.510**
Patrimônio líquido	18			
Capital social		750.000	750.000	750.000
Reservas legal		67.317	48.781	32.903
Reservas de lucros		99.742	403.329	577.880
Total do patrimônio líquido		**917.059**	**1.202.110**	**1.360.783**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**1.481.022**	**1.514.249**	**1.614.906**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	750.000	32.903	577.880	1.360.783
Lucro líquido do exercício	–	–	317.551	**317.551**
Reserva legal	–	15.878	(15.878)	–
Distribuição de lucros	–	–	(309.458)	**(309.458)**
Juros sobre capital próprio	–	–	(91.348)	**(91.348)**
Dividendos propostos	–	–	(75.418)	**(75.418)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**750.000**	**48.781**	**403.329**	**1.202.110**
Lucro líquido do exercício	–	–	370.730	**370.730**
Reserva legal	–	18.536	(18.536)	–
Distribuição de lucros	–	–	(493.557)	**(493.557)**
Juros sobre capital próprio	–	–	(74.176)	**(74.176)**
Dividendos propostos	–	–	(88.048)	**(88.048)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**750.000**	**67.317**	**99.742**	**917.059**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Venda de Produtos e mercadorias		**2.358.185**	**2.203.697**
Impostos sobre vendas		(555.678)	(526.879)
Devoluções e abatimentos		(73.938)	(62.738)
Receita operacional líquida	**20**	**1.728.569**	**1.614.080**
Custo dos produtos vendidos	21	(808.468)	(833.565)
Lucro bruto		**920.101**	**780.515**
Despesas com vendas	22	(264.353)	(268.359)
Despesas gerais e administrativas	23	(127.224)	(116.432)
Outras receitas		1.816	443
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**530.340**	**396.167**
Receitas financeiras		51.687	49.229
Despesas financeiras		(11.853)	(6.252)
Resultado financeiro, líquido	**24**	**39.834**	**42.977**
Resultado antes dos impostos		**570.174**	**439.144**
Imposto de renda e contribuição social	15	(161.536)	(87.567)
Lucro líquido		**408.638**	**351.577**
Participações sobre o lucro		(37.908)	(34.026)
Lucro líquido do exercício		**370.730**	**317.551**
Lucro por ação - básico		**19,6484**	**16,8300**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**370.730**	**317.551**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**370.730**	**317.551**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2024	31/12/2023 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	**570.174**	**439.144**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	32.262	10.454
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	1.974	(70)
Lucro na venda de imobilizado	(114)	(241)
Contingências trabalhistas	10.601	–
Impostos diferido	21.548	–
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	569	–
Aumento (redução) nos ativos		
Contas a receber de clientes	37.788	30.728
Estoques	50.723	145.461
Impostos a recuperar	3.738	3.254
Demais ativos	4.476	(6.301)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	6.226	(2.537)
Impostos e contribuições	40.714	2.361
Salários e encargos sociais	–	5.509
Demais passivos	(53.471)	(22.273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(161.536)	(92.755)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**565.672**	**512.734**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(72.963)	(54.356)
Baixa de imobilizado e intangível	29.721	–
Recebimento pela venda de imobilizado	–	685
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(43.242)**	**(53.671)**
Atividades de financiamento		
Pagamento empréstimos	–	(83)
Captação de empréstimos	200.000	–
Pagamento de arrendamentos	(13.295)	(14.843)
Juros sobre capital próprio pagos	(140.695)	(75.418)
Distribuição de lucros	(581.605)	(309.458)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(535.595)**	**(399.802)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(13.165)**	**59.261**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	365.421	306.160
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	352.256	365.421
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(13.165)**	**59.261**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS (R$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas ("Companhia"), sediada na Av. Presidente Wilson, 1230 - Mooca, São Paulo - SP, 03107-901, é uma indústria brasileira com mais de 100 anos de história, reconhecida por sua trajetória de inovação, pioneirismo e transformação. Líder no segmento de duchas, chuveiros, torneiras elétricas e aquecedores de água a gás, a Companhia se destaca também nos mercados de louças, assentos, metais e plásticos sanitários, purificadores de água, pressurizadores e bombas.

Atualmente, com cerca de 4 mil funcionários, cinco fábricas no Brasil, sendo quatro unidades no Estado de São Paulo e uma em Minas Gerais, a Lorenzetti está presente em milhões de lares brasileiros e em 40 países.

A companhia se caracteriza por oferecer produtos de qualidade, design inovador, tecnologia e consciência ambiental, além de solidez financeira e reconhecimento junto a consumidores, clientes e fornecedores.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 14** - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e
- **Nota Explicativa nº 3.6.1 c -** determinação da vida útil dos ativos imobilizados.
- **Nota Explicativa 6 -** determinação da perda esperada de contas a receber de clientes
- **Nota Explicativa 7 -** reconhecimento e mensuração das estimativas para as perdas com estoques obsoletos e giro lento.
- **Nota Explicativa 17 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6 -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota Explicativa nº 17 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no "Nível 1", que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4. Reclassificações efetuadas no balanço patrimonial e demonstração do fluxo de caixa

A Administração da Companhia procedeu com a reclassificação do balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 1° de janeiro de 2023 (saldo de abertura), para o reconhecimento de determinadas reclassificações contábeis no montante de R$ 103.681, identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 relacionados a movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento no balanço patrimonial e no montante de R$ 14.843 no fluxo de caixa, relacionado ao pagamento dos contratos de arrendamento, anteriormente classificados como fluxo de caixa operacional e sendo reclassificado para fluxo de caixa das atividades de financiamento. As citadas reclassificações estão sendo efetuadas como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O efeito das reclassificações sobre o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e saldos de abertura em 1° de janeiro de 2023, não afetaram o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia. A reclassificação é conforme segue:

Ativo

	Anteriormente apresentado	(Reclassificado)	31/12/2023 (reclassificado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	365.421	–	365.421
Contas a receber de clientes	506.129	–	506.129
Estoques	311.508	–	311.508
Impostos a recuperar	8.418	–	8.418
Adiantamentos a fornecedores	269	–	269
Despesas antecipadas	6.693	–	6.693
Outros créditos	7.656	–	7.656
Total do ativo circulante	**1.206.094**	**–**	**1.206.094**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	5.124	–	5.124
Depósitos restituíveis	5.414	–	5.414
Impostos a recuperar	4.268	–	4.268
Imobilizado	391.100	(103.681)	287.419
	5.930	–	5.930
Total do ativo não circulante	**411.836**	**(103.681)**	**308.155**
Total do ativo	**1.617.930**	**(103.681)**	**1.514.249**

Passivo e patrimônio líquido

	Anteriormente apresentado	(Reclassificado)	31/12/2023 (reclassificado)
Passivo circulante			
Fornecedores	39.276	–	39.276
Obrigações com pessoal e encargos a pagar	79.441	–	79.441
Impostos e contribuições a recolher	81.906	–	81.906
Arrendamentos	24.621	(18.279)	6.342
Juros s/capital próprio e dividendos	77.646	–	77.646
Adiantamentos de clientes	417	–	417
Outras contas a pagar	11.930	–	11.930
Total do passivo circulante	**315.237**	**(18.279)**	**296.958**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	–	–	–
Contingências	2.100	–	2.100
Arrendamentos	98.483	(85.402)	13.081
Impostos diferido	–	–	–
Total do passivo não circulante	**100.583**	**(85.402)**	**15.181**
Patrimônio líquido			
Capital Social	750.000	–	750.000
Reservas legal	48.781	–	48.781
Reservas de Lucros	403.329	–	403.329
Total do patrimônio líquido	**1.202.110**	**–**	**1.202.110**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.617.930**	**(103.681)**	**1.514.249**

Demonstração do fluxo de caixa

	Anteriormente apresentado	(Reclassificado)	31/12/2023 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	**405.118**	**–**	**405.118**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**497.891**	**14.843**	**512.734**
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(53.671)**	**–**	**(53.671)**
Atividades de financiamento			
Pagamento Empréstimos	(83)	–	(83)
Pagamento de arrendamentos	–	(14.843)	(14.843)
Juros sobre capital próprio pagos	(75.418)	–	(75.418)
Distribuição de lucros	(309.458)	–	(309.458)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(384.959)**	**(14.843)**	**(399.802)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**59.261**	**–**	**59.261**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	306.160	–	306.160
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	365.421	–	365.421
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**59.261**	**–**	**59.261**

3. Práticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os clientes contêm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo	Natureza e época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme CPC 47
Venda de produtos	A Companhia baseia suas estimativas na venda de produtos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.	A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

3.2. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição, vale-transporte ou fretado, assistência médica, fornecimento de refeição para os empregados da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por regime de competência.

3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita e despesas de juros, descontos concedidos e obtidos e despesas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: **(i)** valor contábil bruto do ativo financeiro; ou **(ii)** ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

3.5. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, as matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Companhia adota critérios de provisão para perdas com estoques de produtos acabados, peças e componentes, considerando obsolescência, deterioração e redução de valor de mercado. A provisão é calculada com base na análise do giro dos produtos, condições físicas e tendências de mercado. Os valores provisionados são reconhecidos como despesa contábil no período correspondente, seguindo as normas contábeis aplicáveis.

3.6 Imobilizado e intangível

3.6. 1 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e instalações	30 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	13 anos
Equipamentos de informática	9 anos
Veículos	4 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Direito de uso - imóveis	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.6. 2 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	09 anos

3.7. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* para os exercícios de 2024 e 2023.

3.8. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

a) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As perdas esperadas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

3.11. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 31/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/31/LORENZETTI1581693531032025.pdf

Hash:17431953609a89f6aaec954442b7ffe47e39e51a64

LORENZETTI

INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS (R$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em "Imobilizado" e passivos de arrendamento em "Arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

A taxa incremental aplicada pela Companhia no exercício de 2024 foi de 12,94 a.a.

3.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja Nota Explicativa nº 2.3 (a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4. Novos pronunciamentos técnicos adotados, a partir de 01 de janeiro de 2025

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 (R2)); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9/ CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1))

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	13.021	15.197
Aplicações financeiras	339.235	350.224
Total	**352.256**	**365.421**

As aplicações financeiras da Companhia são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e equivalente de caixa, com alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia não possui aplicações financeiras de longo prazo. A remuneração média anual foi de 102,3% do CDI em 2024 e 104,6% em 2023.

6. Contas a receber de clientes

a) Composição do contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	440.324	484.776
Clientes internacionais	34.467	27.803
Total	**474.791**	**512.579**
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.895)	(1.326)
Total do contas a receber de clientes	**472.896**	**511.253**
Ativo circulante	**467.815**	**506.129**
Ativo não circulante (a)	**5.081**	**5.124**

(a) Os valores registrados no ativo não circulante referem-se a créditos de clientes que atualmente estão em processo de recuperação judicial. A administração da Companhia realizou uma análise da recuperabilidade desses valores, considerando os planos de recuperação apresentados, o histórico de relacionamento com os clientes e outras informações relevantes. Com base nessa avaliação, a administração entende que os créditos serão liquidados ao longo do tempo, conforme os termos estabelecidos nos respectivos planos de recuperação judicial. Dessa forma, a Companhia optou por não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) neste momento.

Composição do contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	463.148	504.116
Vencidos		
Até 30 dias	3.149	3.468
31 a 90 dias	672	1.043
Há mais de 91 dias	7.822	3.952
Total	**474.791**	**512.579**

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa durante os exercícios

Saldo em 31/12/2022	**(1.099)**
(–) Constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(227)
Saldo em 31/12/2023	**(1.326)**
(–) Constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(569)
Saldo em 31/12/2024	**(1.895)**

No exercício de 2024, o valor das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD do contas a receber, afetando o resultado do exercício líquido de adições e reversões foi de R$ 569 (R$ 227 em 2023).

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-Prima	34.599	31.889
Componentes Comprados	40.536	52.276
Produtos em Elaboração	21.253	16.255
Produtos Acabados	98.683	143.069
Produtos para Revenda	21.555	41.341
Importações em Andamento	20.646	8.809
Embalagem e Material Auxiliar Produção	23.513	17.869
Total	**260.785**	**311.508**

Os estoques de produtos acabados e os de produtos em elaboração foram avaliados pelos custos de absorção na produção e, os de matéria-prima avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão pelo valor realizável, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração não identificou indícios de perdas nos Estoques.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IPI	3.218	2.776
ICMS	4.292	7.715
PIS e COFINS	1.438	2.195
Total	**8.948**	**12.686**
Ativo circulante	6.998	8.418
Ativo não circulante	1.950	4.268

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação a.a.	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido 2024	Valor líquido 2023 (reclassificado)
Terrenos	–	15.136		15.136	15.136
Edificações	4%	68.556	(19.535)	49.021	42.570
Benfeitorias propr. terceiros	20%	27.274	(12.456)	14.818	13.092
Instalações diversas	10 e 20%	26.782	(13.102)	13.680	12.722
Máquinas e equipamentos	10 e 20%	360.063	(234.344)	125.719	124.349
Ferramentas e matrizes	33,33%	162.156	(126.671)	35.485	35.879
Móveis e utensílios	10 e 20%	22.589	(13.006)	9.583	8.511
Equipamentos de informática	20%	15.385	(9.887)	5.498	4.419
Veículos	20%	5.466	(2.720)	2.746	1.716
Imobilizado em andamento	–	25.002	–	25.002	9.602
Direito de Uso - Imóveis	20%	94.601	(27.264)	67.337	19.423
Total	**–**	**823.010**	**(458.985)**	**364.025**	**287.419**

A movimentação do imobilizado é conforme segue:

	01/01/2023 (reclassificado)	Adições	Baixas	Transferências	2023 (reclassificado)	Adições	Baixas	Transferências	2024
Custo de aquisição									
Terrenos	**15.136**	–	–	–	15.136	–	–	–	**15.136**
Edificações	**59.234**	1.846	–	–	61.080	7.479	(3)	–	**68.556**
Benfeitorias propr. Terceiros	**23.441**	1.615	–	(15)	25.041	2.270	–	(37)	**27.274**
Instalações diversas	**24.834**	544	(22)	–	25.356	1.425	(28)	29	**26.782**
Máquinas e equipamentos	**344.544**	12.525	(2.036)	(3)	355.030	8.210	(3.177)	–	**360.063**
Ferramentas e matrizes	**152.295**	11.732	(1.594)	3	162.436	1.593	(1.873)	–	**162.156**
Móveis e utensílios	**18.420**	3.274	(673)	15	21.036	1.653	(108)	8	**22.589**
Equipamentos de informática	**13.210**	1.416	(1.271)	–	13.355	2.160	(130)	–	**15.385**
Veículos	**4.310**	626	(468)	–	4.468	1.151	(153)	–	**5.466**
Imobilizado em andamento	**8.795**	39.678	(38.870)	–	9.603	44.803	(29.404)	–	**25.002**
Direito de Uso - Imóveis **(a)**	**78.736**	–	(50.273)	–	28.463	66.138	–	–	**94.601**
Total de custo de aquisição	**742.955**	**73.256**	**(95.207)**	**–**	**721.004**	**136.882**	**(34.876)**	**–**	**823.010**
Depreciação acumulada									
Edificações	**(17.808)**	(703)	–	–	(18.511)	(1.027)	3	–	**(19.535)**
Benfeitorias propr. Terceiros	**(11.505)**	(443)	–	–	(11.948)	(508)	–	–	**(12.456)**
Instalações diversas	**(12.198)**	(457)	21	–	(12.634)	(496)	28	–	**(13.102)**
Máquinas e equipamentos	**(226.702)**	(5.654)	1.668	–	(230.688)	(6.657)	3.001	–	**(234.344)**
Ferramentas e matrizes	**(126.637)**	(1.462)	1.548	–	(126.551)	(1.987)	1.867	–	**(126.671)**
Móveis e utensílios	**(12.736)**	(459)	670	–	(12.525)	(582)	101	–	**(13.006)**
Equipamentos de informática	**(9.365)**	(811)	1.240	–	(8.936)	(1.068)	117	–	**(9.887)**
Veículos	**(3.018)**	(57)	323	–	(2.752)	(120)	152	–	**(2.720)**
Direito de Uso - Imóveis **(a)**	**(44.470)**	(14.843)	50.273	–	(9.040)	(18.224)	–	–	**(27.264)**
Total de depreciação acumulada	**(464.439)**	**(24.889)**	**55.743**	**–**	**(433.585)**	**(30.669)**	**5.269**	**–**	**(458.985)**
Total do imobilizado, líquido	**278.516**	**48.367**	**(39.464)**	**–**	**287.419**	**106.213**	**(29.607)**	**–**	**364.025**

(a) Baixa referente aos contratos iniciados em 01.01.2019 definido com o prazo de 5 anos, sendo estes 100% depreciados em 31.12.2023.

10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores Nacionais	45.442	38.533
Fornecedores diversos estrangeiros	60	743
Total	**45.502**	**39.276**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal do negócio, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de um ano.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há saldo junto a fornecedores a serem classificados com passivo não circulante.

11. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa contratual a.a.	Vencimento	31/12/2024
Debêntures	R$	100% DI + 0,70%	2 anos	201.974
Total				**201.974**
Passivo circulante				**100.987**
Passivo não circulante				**100.987**

(a) Histórico das debêntures

Em 19 de novembro de 2024 a Companhia assinou o instrumento particular de escritura da 1° (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático. Por se tratar de distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, a Oferta foi objeto de registro na ANBIMA.

O valor total da Emissão será de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). O valor nominal unitário das Debêntures foi de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão Companhia.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente para gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando, ao reforço de caixa, à distribuição de dividendos, à aquisição de Companhias e à compra de ativos.

(b) Covenants (vencimento antecipado)

Os convenants atreladas as debêntures são referentes a:

(i) falta de cumprimento pela Companhia, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;

(ii) se a Companhia sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidor, em valor agregado igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do conhecimento pela Companhia de referido protesto, esta tenha tomado todas as medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi sustado ou cancelado; ou (b) teve os seus efeitos suspensos por decisão judicial dentro do prazo legal;

(iii) se houver mudança ou alteração do objeto social e/ou atividades realizadas pela Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na Data de Emissão, de forma a alterar as atividades preponderantes por eles praticadas ou agregar a essas atividades novas negócios;

(iv) se houver a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, pela Companhia (a) de bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais do que 10% (dez por cento) do valor do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social anterior; ou (b) de ativos e/ou participações societárias em subsidiária e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% (dez por cento) da receita líquida da Emissora, considerando um período de 12 (doze) meses findo na data-base das respectivas demonstrações financeiras consolidadas mais atuais disponíveis;

(v) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, suspensão, caducidade, extinção ou interdição das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para a atividade da Companhia, inclusive, sem limitação, as ambientais, conforme aplicável, exceto se, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove ao Agente Fiduciário a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, alvará ou autorização e cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);

(vi) se a Companhia inadimplir quaisquer financiamentos ou instrumentos representativos de dívida no mercado financeiro superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(vii) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou qualquer outro ato de cunho expropriatório emanado de qualquer entidade governamental brasileira, que resulte na perda, pela Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de seus ativos em valor, individual ou agregado, superior a 10% (dez por cento) do ativo conforme demonstrações contábeis auditadas do exercício social anterior;

(viii) descumprimento, pela Companhia, de decisão ou sentença judicial, administrativa ou arbitral condenatória;

(ix) se, a partir da Data de Emissão, a Companhia conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos; para (a) quaisquer sociedades terceiras, fora do grupo econômico a que pertence a Companhia;

(x) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão conforme o disposto na Escritura de Emissão e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;

(xi) redução do capital social da Companhia, exceto para absorção de prejuízos;

(xii) questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou qualquer documento da Oferta por terceiros;

(xiii) existência, contra a Companhia, suas Afiliadas e respectivos administradores e funcionários, no exercício de suas funções, de investigação, inquérito, processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, conforme aplicável, (1) relacionados a: (a) emprego de trabalho escravo ou infantil; (b) proveito criminoso da prostituição; (c) infração às Leis Anticorrupção; e (d) crimes ambientais; ou (2) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xiv) descumprimento, pela Companhia, da seguinte relação: Dívida Líquida/ EBITDA, a ser verificada a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e até a Data de Vencimento, com base nas demonstrações Contábeis auditadas. A relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 2,0x:

Relação dívida líquida/EBITDA	31/12/2024
Dívida Líquida **(i)**	(78.016)
EBITDA **(ii)**	524.694
Relação Dívida Líquida/EBITDA	(0,15)

(i) Significa, soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos: (i) títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis; (ii) fianças e avais prestados em benefício de terceiros; (iii) leasing financeiro; (iv) títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; e (v) passivos decorrentes de instrumentos financeiros - Derivativos subtraído de Caixa e equivalentes de caixa.

Reconciliação da dívida líquida	31/12/2024
Empréstimos e Financiamentos (CP+LP)	201.974
Arrendamentos (CP+LP)	72.266
Total da dívida	**274.240**
Caixa e Equivalentes de Caixa	352.256
Dívida Líquida **(a)**	(78.016)

(a) A dívida líquida está apresentada negativa em virtude do montante de caixa e equivalentes de caixa ser superior ao total da dívida.

(ii) significa, resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

Reconciliação do EBITDA	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	370.730
(+) Imposto de renda e contribuição social	161.536
(+) Resultado financeiro, líquido	(39.834)
(+) Depreciação e amortização	32.262
EBITDA	**524.694**

A movimentação dos Empréstimos é conforme segue:

	31/12/2024
Saldo no início do exercício	–
Captações	200.000
Juros sobre saldo devedor	1.974
Saldo no final do exercício	**201.974**

A composição das parcelas em 31 de dezembro de 2024 por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	31/12/2024
2025	100.987
2026	100.987
Total	**201.974**

12. Obrigações com pessoal e encargos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Salários	6.821	5.994
Encargos	10.848	10.181
Participações, Lucros e Resultados	30.366	27.578
Provisão para Férias e Encargos	40.174	35.688
Total	**88.209**	**79.441**

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	51.291	17.281
Contribuição Social	12.809	1.304
Impostos Retidos na Fonte	13.882	24.878
ICMS	24.460	26.318
IPI	962	1.326
PIS	1.847	1.913
COFINS	8.561	8.860
Outros	40	26
Total	**113.852**	**81.906**

14. Arrendamentos

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023 (reclassificado)
Arrendamento mercantil - imóveis	Em reais	12,94%	5 anos	72.266	19.423
Total					
Passivo circulante				17.566	6.342
Passivo não circulante				54.700	13.081

a) Movimentação

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023 (reclassificado)
Saldo inicial	**19.423**	**34.266**
Adição conforme CPC 06 (R2)	66.138	–
Amortizações - pagamento do principal e juros	(13.295)	(14.843)
Saldo final em 31 de dezembro	**72.266**	**19.423**

b) *Covenants*

Os arrendamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas ("*covenants*").

c) O cronograma de vencimento dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2024
2025	17.566
2026 a 2028	54.700
Total	**72.266**

d) Potencial direito de PIS e COFINS

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024 Valor nominal	31/12/2024 Valor presente
Contraprestação do arrendamento	24.431	13.295
PIS/COFINS potencial (9,25%)	**2.260**	**1.230**

e) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários na comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M média futura ao ano, para 2 anos, de 5,10% a.a., representam os seguintes montantes:

Direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo real	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**Fluxo real**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Direito de uso	94.601	28.463	Passivo de arrendamento	90.295	26.908
Depreciação	(27.264)	(9.040)	Despesa financeira	(18.029)	(4.893)
Fluxo Inflacionado	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**Fluxo inflacionado**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Direito de uso	99.426	29.915	Passivo de arrendamento	94.900	28.280
Depreciação	(28.654)	(9.501)	Despesa financeira	(18.948)	(5.143)

f) Contratos de baixo valor

A Companhia possui contratos de aluguel de baixo valor, os quais são tratados na exceção prevista pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos. De acordo com esta norma, a Companhia optou por não reconhecer os ativos e passivos relacionados a esses contratos de arrendamento de baixo valor no balanço patrimonial.

15. Imposto de renda e contribuição social a recolher

a) Impostos de renda e contribuição social - corrente

0 imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	**570.174**	**439.144**
Participações sobre o lucro	(37.908)	(34.026)
(+/–) Total das adições (exclusões) permanentes		
Juros sobre o capital próprio	(74.176)	(91.348)
Despesa não dedutível	4.565	3.944
Lei de IncentivoTecnológico (P&D)	(4.957)	(4.713)
Depreciação societária /fiscal	(38.095)	(41.317)
Arrendamentos	4.930	–
Contingências	6.773	–
Outras	(402)	753
Base de Cálculo Imposto de renda e contribuição social - corrente	**430.904**	**272.437**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	146.463	92.602
(–) Programa alimentação do trabalhador	(2.585)	(1.635)
(–) Lei Rouanet (Incentivos Fiscais)	(3.890)	(3.400)
Total Imposto de renda e contribuição social corrente	**139.988**	**87.567**
Alíquota efetiva do imposto - corrente	32%	32%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21.548	–
Total	**161.536**	**87.567**

b) Impostos de renda e contribuição social - Diferido

0 montante apresentado como imposto de renda fiscal diferido passivo é composto por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Essas diferenças temporárias surgem devido ao reconhecimento contábil e fiscal em períodos distintos, resultando em valores que serão deduzidos ou adicionados ao lucro tributável em exercícios futuros.

As principais diferenças temporárias que compõem o imposto de renda fiscal diferido incluem:

	31/12/2024
Provisão Contingências	(8.873)
Efeito líquido de arrendamentos	(4.930)
Depreciação fiscal	79.412
Outras contas	(2.232)
Total	**63.377**
Imposto diferido passivo	
Total	**21.548**

16. Outras contas a pagar e Juros s/Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio - JSCP	–	77.646
Seguros	3.602	2.845
Créditos de clientes	4.567	6.894
Outras contas	2.174	2.191
Total	**10.343**	**89.576**

17. Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Administração acredita apoiada na opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão contencioso trabalhista	8.873	2.100
Total	**8.873**	**2.100**

Movimentação dos processos

	2022	Constituições	Reversões	Pagamentos	2023
Prov. contencioso trabalhista	2.100	10.601	–	(3.828)	8.873

Ações avaliadas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível.

Em 31 de dezembro de 2024, estes passivos contingentes são representados por valor de R$ 9.486 (valor de R$ 1.302 em 2023).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R$ 750.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 18.868,208 quotas com valor nominal de R$ 39,75 cada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o quadro acionário da Companhia era:

(Valores expressos em reais)	31/12/2024 e 31/12/2023 Quotas	Capital social (em reais - R$)	%
Total	**18.868.208**	**750.000.000,00**	**100,00%**

b) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Os lucros apurados no exercício, após a compensação das destinações do resultado previsto na legislação vigente, serão destinados aos Acionistas.

Conforme Artigo 26º do estatuto social, o lucro líquido regularmente apurados no Balanço geral deduzida a provisão para imposto de renda serão distribuídos na forma a seguir, obedecida a ordem de nomeação: a) 5% para Constituição do fundo de reserva legal, b) 25% no mínimo considerando o valor ajustado de conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76 como dividendos; c) o restante terá destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. Foram creditados aos acionistas durante o exercício de 2024, juros remuneratórios do capital próprio no montante de R$ 74.176 (R$ 91.348 em 2023) e dividendos mínimos obrigatórios o montante de R$ 88.048 (R$ 75.418 em 2023).

c) Reserva legal

Reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

d) Lucro por ação

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**370.730**	**317.551**
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	18.868.208	18.868.208
Lucro básico e diluído por ação - R$	**19,6484**	**16,8300**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos cotistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o resultado e a média ponderada da quantidade de cotas levando-se em conta a conversão de todas as cotas potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de cotas).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia nenhum instrumento com efeito diluidor.

19. Partes relacionadas

As transações de 31 de dezembro de 2024 e 2023 que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas estão demostrados a seguir:

a) Contas patrimoniais

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Natureza	2024	2023
Dividendos	88.048	75.418
JSCP	74.176	91.348
Arrendamentos **(i)**	72.266	19.423
Total	**234.490**	**186.189**

(i) As operações contemplam a locação por parte da Companhia de diversos imóveis pertencentes à Paradiso Administração de Imóveis Ltda. utilizados no curso normal dos seus negócios. Estão registrados como arrendamentos a pagar obedecendo os critérios do CPC 06 (R2), por se tratar de contratos com características de arrendamento.

20. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	2.224.378	2.081.416
Mercado externo	133.807	122.281
Total	**2.358.185**	**2.203.697**
Deduções		
(–) Devoluções	(73.938)	(62.738)
(–) Impostos	(555.678)	(526.879)
Total	**(629.616)**	**(589.617)**
Receita operacional líquida	**1.728.569**	**1.614.080**

21. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2024	31/12/2023
Material aplicado	(443.358)	(482.799)
Mão de obra direta	(152.254)	(147.527)
Mão de obra indireta	(95.504)	(95.296)
Custo indiretos de fabricação	(86.315)	(90.189)
Depreciação e amortização	(20.506)	(22.688)
Outros	(10.531)	4.934
Total	**(808.468)**	**(833.565)**

22. Despesas com vendas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(136.662)	(129.031)
Propaganda	(15.426)	(34.413)
Serviços prestados por terceiros	(60.200)	(56.169)
Depreciação e amortização	(10.034)	(630)
Viagens e estadias	(11.452)	(9.413)
Contratos comerciais	(18.799)	(15.791)
Comunicações	(2.834)	(3.090)
Taxas e impostos	(2.760)	(2.430)
Outras	(6.186)	(17.392)
Total	**(264.353)**	**(268.359)**

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(79.928)	(81.063)
Depreciação e amortização	(1.722)	(1.571)
Contingências trabalhistas	(10.601)	(2.681)
Manutenções	(12.236)	(10.588)
Serviços prestados por terceiros	(7.504)	(10.230)
Taxas e impostos	(5.593)	(4.411)
Outros	(9.640)	(5.888)
Total	**(127.224)**	**(116.432)**

24. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	41.999	44.889
Juros ativos	2.753	1.454
Variação cambial ativa	6.928	2.436
Outras receitas financeiras	7	450
Total	**51.687**	**49.229**
Despesa financeira		
Variação cambial passiva	(732)	(5.097)
Juros passivos	(10.876)	(216)
Tarifas bancárias	(213)	(903)
Outras despesas financeiras	(32)	(36)
Total	**(11.853)**	**(6.252)**
Total resultado financeiro	**39.834**	**42.977**

25. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando segurança, liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e arrendamentos.

Instrumentos financeiros

31/12/2024	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	352.256	–	**352.256**
Contas a receber de clientes	–	472.896	**472.896**
Outros créditos	–	7.604	**7.604**
Total	**352.256**	**480.500**	**832.756**
Passivos			
Fornecedores	–	45.502	**45.502**
Empréstimos	–	201.974	**201.974**
Arrendamentos	–	72.266	**72.266**
Outras obrigações	–	10.343	**10.343**
Total	**–**	**330.085**	**330.085**

31/12/2023	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	365.421	–	**365.421**
Contas a receber de clientes	–	511.253	**511.253**
Outros créditos	–	7.656	**7.656**
Total	**365.421**	**518.909**	**884.330**
Passivos			
Fornecedores	–	39.276	**39.276**
Empréstimos	–	–	**–**
Arrendamentos	–	19.423	**19.423**
Outras obrigações	–	11.930	**11.930**
Total	**–**	**70.629**	**70.629**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	–	352.256	–
Contas a receber de clientes	–	472.896	–
Outros créditos	–	7.604	–
Total	**–**	**832.756**	**–**
Passivos			
Fornecedores	–	45.502	–
Empréstimos	–	201.974	–
Arrendamentos	–	72.266	–
Outras obrigações	–	10.343	–
Total	**–**	**330.085**	**–**

31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	–	365.421	–
Contas a receber de clientes	–	511.253	–
Outros créditos	–	7.656	–
Total	**–**	**884.330**	**–**
Passivos			–
Fornecedores	–	39.276	–
Arrendamentos	–	19.423	–
Outras obrigações	–	11.930	–
Total	**–**	**70.629**	**–**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber, fornecedores, arrendamentos e empréstimos e financiamentos

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades semanalmente.

As políticas e gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 31/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/31/LORENZETTI1581693531032025.pdf

Hash:17431953609a89f6aaec954442b7ffe47e39e51a64

LORENZETTI

INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS (R$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição de risco de crédito	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	352.256	365.421
Contas a receber de clientes	6	472.896	511.253
Total		**825.152**	**876.674**

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 352.256 (R$ 365.421 em 31 de dezembro de 2023).

O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Não foram identificadas provisões para perdas sobre as aplicações financeiras nos exercícios.

ii) Risco de mercado

Atrasos e falta de pagamento por parte dos clientes podem impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia, uma gestão eficiente das contas a receber é essencial para minimizar esse risco, garantindo que os clientes cumpram seus pagamentos dentro dos prazos acordados.

As flutuações nos preços de metais como aço, cobre e alumínio podem impactar significativamente os custos de produção. Se os preços dessas matérias-primas aumentarem, a Companhia pode enfrentar dificuldades para manter suas margens de lucro sem repassar os custos adicionais aos consumidores, o que pode afetar a competitividade no mercado.

Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras estão referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) entre outros e as debêntures a (CDI) + Spread 0,70%. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e debêntures, utilizando fundamentalmente o cenário razoavelmente possível considerado por instituições financeiras de primeira linha.

				CDI de Exposição	
	Indexador	Taxa de juros a.a.	CDI 31/12/2024	Posição em 31 de dezembro de 2024	Cenário razoavelmente possível (CDI 15,25%)
Aplicação financeira	CDI	102,3%	12,25%	339.235	10.177
Debêntures	CDI + Spread	100% + 0,70%	12,25%	(201.974)	(6.059)
Exposição, líquida					4.118

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui apólice de seguro contra incêndio e riscos diversos para cobertura dos bens do ativo imobilizado e dos estoques, os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram objeto de verificação pelo auditor independente, quanto a suficiência das coberturas contratadas.

27. Transação não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Atividades de investimento		
Adoção inicial de direito de uso de ativos	66.138	–
Total	**66.138**	**–**
Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Atividades de financiamento		
Arrendamento a pagar	66.138	–
Total	**66.138**	**–**

Não ocorreram transações não caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Aldo Alberto Lorenzetti
Diretor Presidente

Alexandre José Antonio Lorenzetti
Diretor

Eduardo José Coli
CEO

Sergio Duó De Oliveira Corrêa
Diretor Adm. Financeiro

Claudio Lourenço Lorenzetti
Diretor Industrial

Alexandre Luiz Tambasco
Diretor Comercial

CONTADOR

Roberto Mendes Seixas
TC - CRC - 1SP 147.819/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas originalmente antes das reclassificações apresentadas na Nota Explicativa nº 2.4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação com data de 16 de fevereiro de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2024, examinamos também as reclassificações descritas na Nota Explicativa nº 2.4, que foram efetuadas para alterar as demonstrações contábeis de 2023. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Raphael Tonetto Rodrigues
Contador - CRC 1SP-307.040/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 31/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/31/LORENZETTI1581693531032025.pdf
Hash:17431953609a89f6aaec954442b7ffe47e39e51a64